



6° Simulado Especial

Área Fiscal

Auditor Fiscal

Pré-Edital

Simulado

6º Simulado Especial para Área Fiscal (Auditor Fiscal)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para Auditor Fiscal de Áreas Fiscais;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - O candidato deverá fazer a opção de Legislação Tributária (Legislação Federal, Estadual ou Municipal) para submeter-se à avaliação na prova objetiva;
- 4 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 5 - Os participantes têm das 8:00h às 13:30h para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/kLcgFUXKU6FPqBeq7>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) | 81 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) | 82 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) | 83 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) | 84 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) | 85 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) | 86 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) | 87 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) | 88 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) | 89 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) | 90 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 71 - (A)(B)(C)(D)(E) | 91 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 72 - (A)(B)(C)(D)(E) | 92 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 73 - (A)(B)(C)(D)(E) | 93 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 74 - (A)(B)(C)(D)(E) | 94 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 75 - (A)(B)(C)(D)(E) | 95 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 76 - (A)(B)(C)(D)(E) | 96 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) | 77 - (A)(B)(C)(D)(E) | 97 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) | 78 - (A)(B)(C)(D)(E) | 98 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) | 79 - (A)(B)(C)(D)(E) | 99 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) | 80 - (A)(B)(C)(D)(E) | 100 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

Federal: <https://coruja.page.link/H3BC>

Estadual: <https://coruja.page.link/bufD>

Municipal: <https://coruja.page.link/CZsy>

**CONHECIMENTOS COMUNS A TODOS
CARGOS****LÍNGUA PORTUGUESA***Patrícia Manzato***Texto 01:**

O mundo contemporâneo enfrenta desafios sociais, econômicos e ambientais cada vez mais complexos. A globalização, embora tenha contribuído para o desenvolvimento econômico e para a ampliação de oportunidades, também intensificou a competição e as desigualdades. Diante disso, é preciso que as sociedades repensem seus modelos de desenvolvimento e que governos, empresas e indivíduos atuem de forma colaborativa. A responsabilidade é de todos, e somente com um esforço conjunto será possível construir um futuro sustentável e justo.

Adaptado de < <https://www.unicep.edu.br/> >

01. A principal ideia do texto é:

- a) A globalização tem efeito apenas positivo no desenvolvimento econômico.
- b) A globalização diminuiu as desigualdades sociais no mundo.
- c) O desenvolvimento sustentável depende da colaboração entre diferentes setores.
- d) A responsabilidade pelo futuro é exclusiva dos governos.
- e) O futuro sustentável já foi alcançado em algumas sociedades.

02. Ao afirmar que "A responsabilidade é de todos", o autor sugere que:

- a) Apenas o governo deve agir para promover a sustentabilidade.
- b) Somente as empresas têm o dever de contribuir com o desenvolvimento sustentável.
- c) Todos os setores da sociedade devem atuar para enfrentar os desafios.
- d) A população tem um papel menor na construção de um futuro sustentável.
- e) O papel das empresas é secundário.

03. A partir da leitura do texto, é possível deduzir que o autor:

- a) É contrário à globalização e aos seus efeitos.
- b) Considera que as soluções para o futuro são individuais.
- c) Defende a colaboração como meio para enfrentar desafios globais.
- d) Julga desnecessária a atuação das empresas no desenvolvimento sustentável.
- e) Acredita que os desafios ambientais são menos urgentes.

04. Assinale a alternativa em que a concordância verbal está correta:

- a) Houveram debates intensos sobre o tema.
- b) Não se trata de alternativas simples.
- c) Fazem dois anos que o projeto começou.
- d) Existem uma possibilidade para o caso.
- e) Necessitam-se de cuidados especiais.

05. Assinale a frase em que a regência verbal fere a norma culta:

- a) A empresa visa ao crescimento sustentável.
- b) O autor aspira a uma sociedade justa.
- c) Ele não assistiu ao evento.
- d) A comunidade quer mais acesso aos recursos.
- e) O governo perdoou aos infratores.

06. Existe um abismo entre norma e uso quanto se trata de colocação pronominal. Isso porque ela não é normalmente empregada de forma correta na linguagem verbal, mas algumas normas devem ser obedecidas, principalmente, na linguagem escrita.

Com base no texto acima, em qual das alternativas a colocação pronominal está correta?

- a) Se realizará a reunião amanhã.
- b) Me empreste seu livro, por favor.
- c) Contar-te-ei o que aconteceu.
- d) Não ajude-nos nesse projeto.
- e) Este é o projeto que entregarei-te.

Texto 02

A rápida adaptação ao uso de ferramentas de tecnologia da informação mostrou-se como oportunidade ímpar para avançar em diversas frentes: na interação rápida entre os atores envolvidos; no compartilhamento de grande volume de dados; no encurtamento das distâncias.

07. O Texto 02 é parte de uma entrevista. A opção em que a afirmativa está correta é:

- a) em lugar de “mostrou-se” deveria estar “é mostrado”;
- b) “ímpar” deveria ser substituído por “diferente”;
- c) os dois pontos deveriam ser substituídos por vírgula;
- d) o termo “ao uso de ferramentas de tecnologia da informação” poderia estar intercalado por vírgulas;
- e) o ponto e vírgula antes de “no compartilhamento” poderia ser substituído por vírgula e antes de “no encurtamento” poderia ser trocado por “e”.

08. A partir do Texto 02, pode-se concluir que:

- a) houve evolução nas ferramentas de tecnologia da informação, o que permitiu o maior contato entre pessoas;
- b) a oportunidade do uso de tecnologia da informação não é substancial;
- c) adaptar-se à tecnologia da informação permitiu uma ampliação e maior facilidade no trabalho;
- d) por mais que a tecnologia da informação tenha contribuído, ainda há outras oportunidades fora desse âmbito;
- e) é possível relacionar tecnologia da informação à melhoria na qualidade do trabalho.

09. Na sala de um CEO há as seguintes palavras: “*Você deve ir tão longe quanto sua mente permitir*”.

Deduz-se dessa frase que:

- a) a mente controla o corpo;
- b) os pensamentos impulsionam as ações;
- c) a distância percorrida tem a ver com o pensamento;
- d) o corpo segue os desejos da mente;
- e) seria conveniente que todos pensássemos positivamente.

10. *Pode ser que qualquer outra mulher tivesse igual palavra; poucas lhe dariam uma expressão tão cândida, não de propósito, mas involuntariamente.*

Um texto, em sua escritura, omite uma série de palavras; a opção em que o emprego de palavras ou informações omitidas (entre parênteses) estaria perfeitamente adequado ao texto é:

- a) poucas (mulheres) lhe dariam;
- b) expressão tão cândida (expressão);
- c) (outra mulher) pode;
- d) poucas lhe dariam (palavras);
- e) não de propósito (expressão).

MATEMÁTICA FINANCEIRA E RACIOCÍNIO LÓGICO*Eduardo Mocellin*

11. Considere a seguinte proposição: “Se Pedro é concursado, então ele é esforçado ou inteligente”.

A alternativa que contém uma equivalência dessa proposição é:

- a) Se Pedro é esforçado ou inteligente, então ele é concursado.
- b) Se Pedro não é concursado, então ele não é esforçado ou não é inteligente.
- c) Se Pedro não é concursado, então ele não é esforçado nem inteligente.
- d) Se Pedro não é esforçado ou não é inteligente, então ele não é concursado.
- e) Se Pedro não é esforçado nem inteligente, então ele não é concursado.

12. Durante uma fiscalização, descobriu-se que quatro sonegadores, Wesley, Tião, Yuri e João, apresentam um comportamento peculiar: cada um deles sempre fala a verdade ou sempre mente. Um auditor perguntou para os quatro qual deles sempre dizia a verdade, obtendo a seguintes respostas:

- Wesley: eu ou Tião ou Yuri ou João.
- Tião: somente eu e Yuri.
- Yuri: eu e Tião e Wesley.
- João: pelo menos Yuri.

Em um momento de distração, sem conseguir identificar o autor da fala, o auditor ouviu um dos quatro sonegadores dizer “eu não sou o Wesley”. Considerando-se essas informações, o(s) sonegador(es) que mente(em) é(são):

- a) apenas Tião.
- b) apenas Yuri.
- c) apenas Tião, Yuri e João.
- d) apenas Wesley, Tião e Yuri.
- e) Wesley, Tião, Yuri e João.

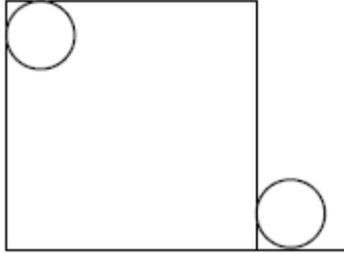
13. Como atividade extracurricular, um colégio oferece a seus alunos a prática de um ou mais dos seguintes esportes: natação, tênis e basquete. Sabe-se que os alunos podem optar por não praticar nenhum esporte. Além disso, no atual semestre:

- 40 alunos praticam basquete e tênis;
- 120 alunos praticam natação e 130 praticam tênis;
- 42 alunos não praticam nem natação nem basquete;
- O número de alunos que praticam só natação é idêntico ao número dos alunos que praticam só basquete;
- 34 alunos praticam natação e basquete; e
- 90 alunos praticam natação e tênis e, dentre esses 90 alunos, 60 não praticam basquete.

O número total de alunos do colégio, no atual semestre, é igual a:

- a) 186
- b) 198
- c) 206
- d) 220
- e) 228

14. A figura a seguir mostra um quadrado de lado 12m e duas circunferências de raio 1,5m tangentes, cada uma, a duas retas.



A distância entre os centros das duas circunferências é:

(Se necessário, utilize as seguintes aproximações:

$$\sqrt{2} = 1,41 \text{ e } \sqrt{3} = 1,73)$$

- a) 20,76m
- b) 16,92m
- c) 15,00m
- d) 14,80m
- e) 12,69m

15. Joaquim, que é marceneiro, possui duas tábuas cujas medidas são 240 cm e 340 cm. Joaquim deseja cortar as tábuas em pedaços iguais, cujas medidas tenham o maior tamanho possível. Nessas condições, sabendo-se que não devem restar sobras após os cortes, o total de pedaços que o marceneiro terá é:

- a) 17
- b) 20
- c) 26
- d) 29
- e) 32

16. Trabalhando em conjunto, dois auditores – Arnaldo e Bernaldo – gastaram 3 horas e 20 minutos para fiscalizar certa quantidade de contribuintes. Sabendo-se que, sozinho, Arnaldo teria fiscalizado todos os contribuintes em 5 horas de trabalho ininterrupto, o esperado é que, sozinho, Bernaldo seria capaz de realizar tal tarefa se trabalhasse por um período de

- a) 9 horas.
- b) 9 horas e 20 minutos.
- c) 9 horas e 40 minutos.
- d) 10 horas.
- e) 10 horas e 20 minutos.

17. Arnaldo e Bernaldo, servidores da Receita Federal, foram incumbidos de elaborar 49 relatórios. Decidiram, então, dividir o total de relatórios entre si, em partes que eram, ao mesmo tempo, diretamente proporcionais aos seus respectivos tempos de serviço na Receita Federal e inversamente proporcionais às suas respectivas idades. Sabe-se também que, na ocasião, Arnaldo trabalhava na Receita Federal há 30 anos e tinha 72 anos idade, enquanto Bernaldo lá trabalhava há 10 anos. Assim, se coube a Bernaldo elaborar 14 relatórios, a sua idade

- a) era maior ou igual a 60 anos.
- b) era maior ou igual a 50 e menor do que 60 anos.
- c) era maior ou igual a 40 e menor do que 50 anos.
- d) era maior ou igual a 30 e menor do que 40 anos.
- e) era inferior a 30 anos.

18. Para a compra de produtos, uma loja oferece duas opções de pagamento para seus clientes:

I – Pagamento à vista com 1% de desconto; ou

II – Pagamento a prazo em dois pagamentos iguais, sendo o primeiro no ato da compra e o segundo 2 meses após a compra.

A taxa de juros mensal no pagamento a prazo está no intervalo entre:

Dado: $\sqrt{2} \cong 1,41$

- a) 0,45% e 0,55%
- b) 0,55% e 0,65%
- c) 0,65% e 0,75%
- d) 0,75% e 0,85%
- e) 0,85% e 0,95%

19. Um título é descontado à taxa de 3% ao mês 45 dias antes de seu vencimento. Caso a operação seja a do desconto racional simples, o valor descontado do título é igual a R\$ 20.000,00. Utilizando a operação do desconto comercial simples, o valor descontado do título é

- a) R\$ 19.100,00
- b) R\$ 19.474,50
- c) R\$ 19.604,75
- d) R\$ 19.959,50
- e) R\$ 19.979,75

20. Para financiar um imóvel, José contraiu um empréstimo que foi pago em 48 prestações mensais. Considerando-se o Sistema de Amortização Constante (SAC) e que o empréstimo foi contratado a uma taxa de 2% ao mês, se o valor da última prestação foi de R\$ 5.100,00, o valor da 26ª prestação foi de:

- a) R\$ 7.400,00
- b) R\$ 7.300,00
- c) R\$ 7.200,00

d) R\$ 7.100,00

e) R\$ 7.000,00

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Emannuelle Gouveia

21. Na segurança da informação, temos princípios importantes que buscamos atingir. Um deles garante que só deverá ter acesso útil aos dados quem tem permissão. Esse é o princípio chamado de:

- a) Confidencialidade
- b) Autenticidade
- c) Não Repúdio
- d) Disponibilidade
- e) Integridade

22. As redes neurais que podem ser usadas tanto para compactar dados para armazenamento e/ou transmissão, quanto para representar os dados em forma reduzida para que, por exemplo, outra rede neural especializada em uma tarefa específica possa utilizá-los são chamadas comumente de:

- a) Recurrent Neural Network (RNN)
- b) Auto-encoder (AE)
- c) Long short-term memory (LSTM)
- d) Gated recurrent network (GRU)
- e) Variational auto-encoder (VAE)

23. Das letras abaixo, marque aquela que contém características específicas da lista no Python:

- a) mutável e sem valores duplicados.
- b) ordenado e indexável .
- c) ordenados e imutável.
- d) ordenado e sem valores duplicados.
- e) não ordenado, imutável.

24. No R, qual a função do comando `data.frame()`

- a) lista os objetos criados no console
- b) lista arquivos de determinado diretório.
- c) carrega um pacote de dados.
- d) carrega dados específicos
- e) cria um data frame com os argumentos, nomeados ou não.

25. Nos últimos anos, as empresas e organizações tem buscado mudar os seus perfis gerenciais e focar em um quadro capaz de tomar decisões mas assertivas e tempestivas. A prática de basear decisões na análise de dados, e não apenas na intuição para tomada de decisões de negócio se chama:

- a) Alta Performance
- b) Dashboard
- c) Data Mining
- d) Data-Driven Decision (DDD)
- e) Big Ben

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

26. As decisões definitivas de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de ação direta de inconstitucionalidade:

- a) produzem eficácia *inter partes* e não vinculante
- b) produzem eficácia contra todos e efeito vinculante, o qual não impede, porém, o legislador de reeditar lei idêntica àquela declarada inconstitucional
- c) produzem eficácia contra todos e efeito vinculante, o qual impede o legislador de reeditar lei idêntica àquela declarada inconstitucional
- d) só produzem eficácia contra todos se forem convertidas em súmula vinculante.
- e) produzem eficácia contra todos, mas sem efeito vinculante

27. Sobre o tema da organização dos Poderes, assinale a única alternativa correta:

- a) Compete ao Presidente da República celebrar tratados, desde que previamente autorizado pelo Congresso Nacional
- b) Compete à Câmara dos Deputados aprovar previamente a escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal
- c) É vedada a edição de medida provisória sobre direito processual civil
- d) As emendas à Constituição serão promulgadas, com o respectivo número de ordem, depois de sancionadas pelo Presidente da República
- e) Os Ministros do Tribunal de Contas da União têm os mesmos direitos e prerrogativas que os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

28. Yandercleidson é Governador do Estado X, cuja Assembleia Legislativa editou a Lei nº Y, dispondo sobre a Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais. Uma vez que a norma teve a constitucionalidade questionada em uma série de ações, o Governador deseja ajuizar uma ação de controle abstrato de constitucionalidade, perante o STF, visando a confirmar a constitucionalidade da citada lei.

À luz dessa situação, pode-se afirmar corretamente que:

- a) a ação cabível para a finalidade pretendida é a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC), que deve ser julgada procedente, mas o Governador não é parte legítima ao seu ajuizamento
- b) a ação cabível para a finalidade pretendida é a ADC, que deve ser julgada procedente, sendo o Governador parte legítima ao seu ajuizamento
- c) não é cabível ADC para a finalidade pretendida, não obstante o Governador seja um dos legitimados ao ajuizamento dessa ação
- d) é cabível o ajuizamento de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), mas o Governador não é parte legítima ao seu ajuizamento
- e) é cabível ação direta de inconstitucionalidade (ADI) em relação ao ato legislativo, não sendo, porém, o Governador legitimado ao ajuizamento

29. Johannes, senador, reuniu-se com mais 25 colegas para assinar uma Proposta de Emenda à Constituição que visa a instituir o direito social de acesso à internet banda larga em todo o território nacional.

A proposição foi apresentada durante situação de calamidade pública, quando uma epidemia de grandes proporções assolava todo o território nacional.

Posta em votação, a proposta foi aprovada em turno único, por unanimidade, durante reunião conjunta das Casas do Congresso Nacional, sendo, no

mesmo dia, sancionada pelo Presidente da República.

Em relação a essa tramitação, pode-se afirmar que houve vício em relação:

- a) à iniciativa, aos limites circunstanciais, à forma de aprovação e à deliberação executiva
- b) à iniciativa, à forma de aprovação e à deliberação executiva, apenas
- c) aos limites circunstanciais, à forma de aprovação e à deliberação executiva, apenas
- d) à forma de aprovação e à deliberação executiva, apenas
- e) à iniciativa, aos limites circunstanciais e à forma de aprovação, apenas

30. Com relação à nova tributação sobre o consumo, instituída pela EC nº 132, de 2023, pode-se afirmar corretamente que:

- a) Lei ordinária disporá sobre as regras comuns aplicáveis ao Imposto sobre Bens e Serviços e a Contribuição sobre Bens e Serviços
- b) o Imposto sobre Bens e Serviços será informado pelo princípio da neutralidade
- c) O Imposto sobre Bens e Serviços terá legislação única e uniforme em todo o território nacional, ressalvada a alíquota, que será fixada por cada ente federativo mediante lei complementar
- d) O Imposto sobre Bens e Serviços será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do Município de origem da operação
- e) A Contribuição sobre Bens e Serviços substituirá, dentre outros, o Imposto sobre a Renda e o Imposto Territorial Rural

DIREITO ADMINISTRATIVO*Rodrigo Bet*

31. O município de Beta firmou um ato de permissão de uso para que Carlos utilizasse, por cinco anos, uma área pública destinada à realização de atividades culturais e eventos gastronômicos. No terceiro ano, o município decidiu revogar a permissão, alegando que o local seria destinado à construção de uma biblioteca pública. Pouco tempo depois, Carlos descobriu que o município não tinha nenhum plano concreto para a biblioteca e que o local estava sendo mantido vazio.

Diante dessa situação, Carlos consultou um advogado para verificar a possibilidade de pleitear a anulação do ato de revogação da permissão. O advogado explicou a Carlos que tal pleito é:

- a) inviável, pois, por ser um ato discricionário, o município possui plena liberdade para revogar a permissão a qualquer momento, cabendo, contudo, uma indenização diante da extinção antecipada do ato permissivo.
- b) viável, pois, ao fundamentar o ato de revogação, o município vinculou a validade do ato à existência do motivo alegado, o qual deve ser verdadeiro.
- c) inviável, uma vez que se trata de ato precário, não cabendo invalidação da revogação tampouco pedido de indenização.
- d) viável, tendo em vista a boa-fé objetiva e o princípio da continuidade da prestação de serviços públicos, devendo a Administração Pública respeitar o convencionado mesmo que, de fato, fosse construída a biblioteca pública.
- e) inviável, mesmo que insubsistentes os motivos alegados, vez que a supremacia do interesse público deve preponderar na relação convencionada, devendo, contudo, ser oferecido o contraditório e a ampla defesa, e uma indenização de 50% dos lucros cessantes previstos até o final do ato de permissão.

32. A Administração Pública exerce o Poder de Polícia para impor limites ao exercício de direitos individuais, visando ao bem-estar social e à manutenção da ordem pública. Esse poder se manifesta em atividades de fiscalização e licenciamento, e possui atributos que o distinguem entre os demais poderes administrativos. Assinale a alternativa que contém corretamente os atributos do Poder de Polícia:

- a) autoexecutoriedade, executoriedade e vinculação.
- b) imperatividade, discricionariedade e executoriedade.
- c) hierarquia, coercibilidade e autoexecutoriedade.
- d) vinculação, imperatividade e autoexecutoriedade.
- e) coercibilidade, autoexecutoriedade e discricionariedade.

33. Ricardo e Wagner são diretores de departamentos de mesmo grau hierárquico em um órgão federal, enquanto Rodrigo ocupa um cargo de grau hierárquico inferior. Ricardo deseja delegar parte de suas atribuições a Wagner, mas também está considerando a possibilidade de avocar competências de Rodrigo para conduzir um projeto especial. Wagner, por sua vez, está analisando a possibilidade de delegar algumas de suas responsabilidades para Rodrigo, visando otimizar a gestão de suas tarefas.

Com base na Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo federal, especialmente no que se refere à competência, delegação e avocação, assinale a alternativa correta:

- a) Ricardo pode delegar atribuições a Wagner, mas não pode avocar competências de Rodrigo, pois a avocação é restrita a autoridades superiores e deve ser justificada por motivos relevantes.
- b) Wagner pode delegar atribuições a Rodrigo sem necessidade de especificar os limites da atuação do delegado, a duração e os objetivos da delegação, pois a lei não exige tais especificações.
- c) Ricardo e Wagner podem avocar competências entre si, uma vez que compartilham o mesmo grau hierárquico, facilitando a gestão de projetos em conjunto.
- d) Wagner pode delegar atribuições a Rodrigo; todavia, ao fazê-lo, não poderá revogar o ato de delegação até o término do projeto que justificou a delegação.
- e) Ricardo pode delegar atribuições específicas a Wagner, desde que o ato de delegação especifique as matérias e poderes transferidos, os limites da atuação do delegado, a duração e os objetivos da delegação, e tal ato deve ser publicado no meio oficial.

34. No âmbito da Administração Pública, existem diferentes tipos de agentes, cada um atuando em condições específicas e com características próprias. Com base nos conceitos de agentes públicos, assinale a alternativa que descreve corretamente um agente necessário:

- a) Um cidadão que, sem vínculo formal, é designado para representar o Estado em eventos específicos, agindo como porta-voz em situações internacionais.
- b) Um indivíduo que, sem investidura formal, desempenha funções públicas com presunção de legitimidade, sendo aceito pelos terceiros de boa-fé.
- c) Uma pessoa que assume funções públicas em caráter emergencial, sem vínculo formal e em razão de extrema necessidade para atender ao interesse público.
- d) Um servidor temporário que ocupa cargo público em situação de urgência, com investidura regular e atuação por prazo determinado.
- e) Um cidadão que realiza atividades honoríficas, sem remuneração e sem qualquer vínculo empregatício com a Administração Pública.

35. Em razão da necessidade de construir uma nova ponte sobre um rio que divide o município, a Prefeitura Alfa optou por realizar a obra sob o regime de contratação integrada. Sobre a responsabilidade pelos projetos nesse regime de contratação, escolha a alternativa correta.

- a) A responsabilidade pela elaboração tanto do projeto básico quanto do projeto executivo é da Administração Pública, que deve garantir o planejamento técnico necessário à execução da obra.
- b) Cabe ao contratado a elaboração de todos os projetos, incluindo o projeto básico e o projeto executivo, a partir das informações constantes do anteprojeto fornecido pela Administração.
- c) A elaboração do projeto executivo é de responsabilidade da Administração Pública, enquanto o contratado deve executar a obra conforme o projeto básico previamente desenvolvido.
- d) A Administração elabora o projeto básico e delega ao contratado apenas a execução do projeto executivo, com base nas especificações do projeto inicial.
- e) A Administração, ao optar pelo regime de contratação integrada, compartilha a responsabilidade pelo projeto executivo com o contratado, para garantir que os requisitos técnicos e financeiros sejam atendidos.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

36. Roberto, funcionário público, sem competência para responsabilizar subordinados, deixou, por indulgência, de levar ao conhecimento da autoridade competente a infração cometida por seu colega. Nessa situação hipotética, Roberto responderá por

- a) condescendência criminosa.
- b) prevaricação.
- c) peculato.
- d) corrupção passiva.
- e) advocacia administrativa.

37. Sobre o Código Penal, quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade. Essa disposição refere-se ao(à):

- a) Concurso material de crimes.
- b) Concurso formal de crimes.
- c) Crime continuado.
- d) Cooperação dolosamente distinta.
- e) Erro na execução.

38. Em relação ao concurso de pessoas, é correto afirmar que:

- a) a teoria unitária ou monista não comporta exceções.
- b) quanto ao crime de bigamia, entende a doutrina pelo reconhecimento do mesmo crime para ambos os consortes em qualquer caso.
- c) o ordenamento pátrio não admite a existência da chamada cooperação dolosamente distinta.
- d) para a teoria pluralista, havendo concurso de pessoas, todos devem responder pela mesma infração penal, porquanto todos contribuem com causas para produção do resultado.
- e) para a teoria dualista, há que se fracionar a conduta do autor da conduta do partícipe.

39. Bento recebeu, de boa-fé, um papel de crédito público falsificado. Alguns dias depois, tomou conhecimento de que o referido documento era falsificado e decidiu restituí-lo a circulação. No caso hipotético, Bento praticou o crime de

- a) falsificação de papéis públicos, na forma privilegiada.
- b) uso de documento falso.
- c) falsificação de documento particular.
- d) falsidade ideológica.
- e) falsificação de documento público.

40. Em relação às alternativas abaixo, assinale a que apresenta somente princípios fundamentais válidos para a resolução do conflito aparente de normas penais.

- a) Especialidade, fragmentariedade, alteridade e consunção.
- b) Exação, fragmentariedade, subsidiariedade e consunção.
- c) Especialidade, subsidiariedade, alternatividade e consunção.
- d) Legalidade, subsidiariedade, alteridade e fragmentariedade.
- e) Proporcionalidade, especialidade, alternatividade e consunção.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

41. Em relação ao conceito de pessoa natural e as teorias sobre o início da personalidade, assinale a alternativa correta

- a) De acordo com a Teoria Concepcionista, a personalidade civil do ser humano começa com o nascimento com vida.
- b) A Teoria Natalista, majoritariamente adotada pelo direito brasileiro, considera que a personalidade civil do ser humano começa com o nascimento com vida.
- c) A Teoria Concepcionista estabelece que o nascituro possui personalidade jurídica plena desde a concepção, sem necessidade de comprovar o nascimento com vida.
- d) A personalidade jurídica é atribuída ao ser humano desde a concepção, independentemente de teorias sobre natalidade ou concepção.
- e) Segundo o Código Civil, o nascituro é considerado pessoa natural e tem todos os direitos de um ser humano desde a concepção.

42. Com relação aos direitos reais de garantia no CC/2002, assinale a alternativa correta

- a) A hipoteca, por ser um direito real de garantia, depende da entrega do bem ao credor para que ele possa exercer seus direitos.
- b) O penhor é um direito real de garantia em que o devedor transfere a posse do bem móvel ao credor para garantir o cumprimento da obrigação.
- c) A anticrese permite ao credor hipotecário usufruir do imóvel até o pagamento da dívida, desde que o devedor consinta expressamente.
- d) A hipoteca recai exclusivamente sobre bens móveis e imóveis, enquanto o penhor e a anticrese podem incidir sobre qualquer tipo de bem.
- e) O direito real de garantia permite ao credor reter o bem para sempre, caso a dívida não seja paga pelo devedor.

43. Em relação aos pressupostos e funções da responsabilidade civil no CC/2002, assinale a alternativa correta

- a) O princípio da restituição integral permite que o juiz eleve o valor da indenização com base na gravidade da culpa do agente, ainda que o dano seja de pequena extensão.
- b) A função compensatória da responsabilidade civil visa reparar danos extrapatrimoniais, como o dano moral, cuja quantificação depende de análise casuística.
- c) A responsabilidade civil objetiva é aplicável apenas aos danos materiais e não abrange os danos morais, que exigem comprovação de culpa.
- d) A teoria da perda de uma chance aplica-se exclusivamente a casos de responsabilidade contratual, excluindo casos de responsabilidade extracontratual.
- e) Nos casos de concorrência de culpas, a indenização é fixada levando-se em conta apenas a gravidade da culpa do autor do dano.

44. Em relação aos conceitos e classificações da posse no CC/2002, assinale a alternativa correta:

- a) A posse violenta é caracterizada apenas pela força física utilizada pelo possuidor no momento da aquisição.
- b) A posse justa é aquela que independe de quaisquer vícios, incluindo a má-fé do possuidor sobre a situação do bem.
- c) A posse direta anula a posse indireta, de modo que o possuidor direto exerce a posse com exclusividade sobre o bem.
- d) A detenção é um tipo de posse legítima que confere ao detentor todos os direitos de proteção possessória.
- e) A posse de má-fé é aquela em que o possuidor tem ciência de que existe um obstáculo jurídico que impede a aquisição plena da coisa

45. Em relação à classificação dos bens e ao conceito de *res nullius*, de acordo com o CC/2002 e a doutrina, assinale a alternativa correta

- a) *Res nullius* são as coisas que não possuem dono, como um peixe em águas internacionais, sendo apropriáveis por quem as toma para si.
- b) As *res extra commercium* são as coisas que pertencem exclusivamente ao Estado e, portanto, não podem ser adquiridas por particulares.
- c) *Res derelictae* são bens inapropriáveis por sua natureza, como o ar e o mar, não podendo ser objeto de posse ou propriedade.
- d) As coisas públicas, como rios e estradas, podem ser classificadas como *res nullius*, pois não possuem um proprietário privado.
- e) O conceito de *res nullius* abrange qualquer bem que esteja temporariamente fora do comércio, como bens inalienáveis por disposição legal.

ECONOMIA*Amanda Aires*

46. A Oferta Agregada de uma economia pode ser influenciada por diversos fatores estruturais. Assinale a alternativa que corretamente identifica um fator que aumenta a Oferta Agregada.

- a) Um aumento nos custos de energia.
- b) Aumento nos impostos sobre as empresas.
- c) Redução na produtividade do trabalho.
- d) Expansão na capacidade produtiva devido ao aumento do estoque de capital.
- e) Alta generalizada nos preços dos insumos.

47. Suponha que um país tenha um déficit significativo em sua conta corrente. Qual das alternativas a seguir poderia, em teoria, ajudar a reduzir esse déficit?

- a) Valorização da moeda doméstica.
- b) Aumento das importações.
- c) Desvalorização da moeda doméstica.
- d) Redução das exportações.
- e) Aumento das taxas de juros internas.

48. De acordo com a Curva de Phillips original, qual das alternativas abaixo representa a relação entre inflação e desemprego?

- a) Não há qualquer relação entre inflação e desemprego.
- b) Há uma relação negativa entre inflação e desemprego.
- c) A Curva de Phillips sugere que inflação e desemprego se movem juntos em longo prazo.
- d) A Curva de Phillips implica que, com uma política monetária restritiva, é possível manter inflação baixa sem impacto no desemprego.
- e) A Curva de Phillips mostra uma relação positiva entre inflação e desemprego.

49. Qual das alternativas a seguir descreve corretamente o impacto de uma política monetária expansionista sobre a taxa de juros e a oferta de moeda?

- a) Aumenta a taxa de juros e reduz a oferta de moeda.
- b) Reduz a taxa de juros e reduz a oferta de moeda.
- c) Aumenta a taxa de juros e aumenta a oferta de moeda.
- d) Reduz a taxa de juros e aumenta a oferta de moeda.
- e) Não altera a taxa de juros nem a oferta de moeda.

50. No modelo IS-LM, uma política fiscal expansionista (aumento dos gastos do governo) causa qual dos seguintes efeitos no equilíbrio de curto prazo?

- a) Desloca a curva IS para a direita e reduz a taxa de juros.
- b) Desloca a curva LM para a direita e eleva a renda.
- c) Desloca a curva IS para a direita e aumenta a taxa de juros.
- d) Desloca a curva LM para a esquerda e reduz a renda.
- e) Desloca a curva IS para a esquerda e reduz a taxa de juros.

FINANÇAS PÚBLICAS*Celso Natale*

51. Em um mercado ideal, a livre interação entre oferta e demanda levaria à alocação eficiente de recursos. No entanto, esse cenário de eficiência nem sempre se concretiza na prática, surgindo as chamadas falhas de mercado, que impedem a otimização do bem-estar social.

Entre essas falhas, destacam-se três tipos principais: externalidades, assimetria de informações e bens públicos.

Com base nessas informações, analise as assertivas a seguir.

I. O abastecimento de gás natural e a extração de petróleo são vistos como bens públicos, pois são essenciais para o funcionamento da economia.

II. Medidas como os cadastros que reúnem dados sobre os históricos de pagamento e inadimplência dos devedores ajudam a diminuir o problema do risco moral no mercado de crédito.

III. O imposto pigouviano é uma solução viável para solucionar o problema dos impactos externos negativos na economia.

Assinale a alternativa que aponta as assertivas corretas.

- a) Somente a assertiva I está correta.
- b) Somente a assertiva II está correta.
- c) Somente a assertiva III está correta.
- d) Somente as assertivas I e III estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão incorretas.

52. Observe as seguintes ações governamentais: diminuição da taxa de juros devido à redução da inflação; construção de um parque público; regulação da concorrência em determinado setor. As funções do Estado representadas em cada uma dessas ações são, respectivamente:

- a) estabilizadora, distributiva e alocativa.
- b) estabilizadora, alocativa e distributiva.
- c) distributiva, estabilizadora e alocativa.
- d) alocativa, estabilizadora e alocativa.
- e) estabilizadora, alocativa e alocativa.

53. A tabela abaixo representa o quanto cada pessoa paga de um determinado tributo, de acordo com a sua renda:

Renda	Tributo
R\$ 1.000	R\$ 100
R\$ 2.000	R\$ 200
R\$ 5.000	R\$ 500
R\$ 10.000	R\$ 1.000

Este imposto é:

- a) progressivo, pois quem ganha mais, paga mais.
- b) neutro, pois não distorce a economia.
- c) proporcional, pois é aplicada a mesma alíquota para todas as faixas de renda.
- d) regressivo, pois quem ganha mais, paga proporcionalmente mais.
- e) regressivo, pois quem ganha mais, paga proporcionalmente menos.

54. A Curva de Laffer ganhou destaque nos anos 1970, quando o economista Arthur Laffer apresentou a ideia como uma forma de entender os impactos das políticas tributárias na arrecadação governamental. Desde então, tornou-se uma ferramenta importante no debate econômico. A teoria da curva de Laffer indica que:

- a) taxas de impostos muito baixas poderiam ser elevadas para aumentar a arrecadação tributária.
- b) as receitas do governo aumentam conforme a taxa de câmbio se valoriza.
- c) os gastos do governo aumentam conforme a taxa de juros diminui, alcançam um pico e, a partir daí, retornam ao ponto inicial.
- d) a arrecadação do governo aumenta conforme a taxa marginal de juros cresce, atinge um ponto máximo e, após esse ponto, começa a diminuir com novos aumentos na taxa marginal.
- e) os investimentos de capital do governo aumentam à medida que a taxa de juros cai.

55. Os conceitos de déficit e dívida pública não se confundem. Déficit é o excesso de gastos sobre a arrecadação, enquanto dívida é o acumulado de déficits, ou seja, é uma espécie de passivo do Estado. Dizemos que o déficit é uma variável “fluxo” e a dívida é uma variável “estoque”. Em relação aos conceitos de Déficit e Dívida, analise as afirmativas abaixo:

1. O critério “acima da linha” refere-se à ótica das receitas e despesas e mede o déficit público a partir de sua geração. Já o critério “abaixo da linha” analisa o déficit público com base na variação da dívida pública.
2. Uma situação em que o déficit operacional é maior do que o nominal é possível se houver deflação.

Analizando essas afirmativas, é correto concluir que:

- a) a primeira é falsa, e a segunda é verdadeira e justifica a primeira.
- b) as duas são verdadeiras, e a segunda não justifica a primeira.

- c) as duas são falsas, e a segunda não justifica a primeira.
- d) as duas são verdadeiras, e a segunda justifica a primeira.
- e) a primeira é verdadeira, e a segunda é falsa e não justifica a primeira.

DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carillo

56. Em caso de abuso da personalidade jurídica, pode o juiz, desconsiderá-la. Sobre o instituto da desconsideração da personalidade jurídica, marque a alternativa verdadeira:

- a) o juiz pode se manifestar a requerimento da parte, ou a pedido do Ministério Público, ou até mesmo de ofício.
- b) os requisitos ensejadores do abuso da personalidade são o desvio de finalidade ou a confusão patrimonial.
- c) entende-se por desvio de finalidade a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada pelo cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa.
- d) confusão patrimonial é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza.
- e) constitui desvio de finalidade a expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.

57. João tem vontade de desenvolver atividade empresarial, mas desconhece as variáveis a respeito de ser empresário estando ou não casado e isso está influenciando na sua decisão de montar ou não um negócio e de casar ou não. Sobre a atividade empresarial e o casamento, marque a opção correta:

- a) A prova da emancipação e da autorização do incapaz na continuidade do exercício de empresa bem como a eventual revogação desta, serão inscritas ou averbadas no Registro de Imóveis.
- b) Faculta-se aos cônjuges contratar sociedade, entre si ou com terceiros, independentemente do regime de bens do casamento.
- c) O empresário casado não pode alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real sem a outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens.
- d) Além de no Registro Civil, serão arquivados e averbados, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, os pactos e declarações antenupciais do empresário, o título de doação, herança, ou legado, de bens clausulados de incomunicabilidade ou inalienabilidade.
- e) A sentença que decretar ou homologar a separação judicial do empresário e o ato de reconciliação não podem ser opostos a terceiros, antes de arquivados e averbados no Registro Público de Empresas Mercantis.

58. São pressupostos ensejadores da decretação de falência do empresário, conhecidos como atos de falência e previstos na lei, exceto:

- a) procede à liquidação precipitada de seus ativos ou lança mão de meio ruinoso ou fraudulento para realizar pagamentos.
- b) realiza ou, por atos inequívocos, tenta realizar, com o objetivo de retardar pagamentos ou fraudar credores, negócio simulado ou alienação de parte ou da totalidade de seu ativo a terceiro, credor ou não;
- c) transfere estabelecimento a terceiro, credor ou não, sem o consentimento de todos os credores e sem ficar com bens suficientes para solver seu passivo;
- d) dá ou reforça garantia a credor por dívida contraída anteriormente sem ficar com bens livres e desembaraçados suficientes para saldar seu passivo;
- e) ausenta-se, ainda que deixando representante habilitado e com recursos suficientes para pagar os credores, abandona estabelecimento ou tenta ocultar-se de seu domicílio, do local de sua sede ou de seu principal estabelecimento;

59. Sobre os títulos de crédito:

- a) endosso é o ato cambiário que permite a transferência dos títulos de crédito à ordem e não à ordem.
- b) aval consiste na garantia real que recai sobre um título como forma de assegurar e garantir o pagamento do título de crédito.
- c) protesto é o ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida.
- d) saque é um tipo de ato que está relacionado à manifestação do principal devedor concordando em pagar o título.
- e) o cheque é um título de crédito que perdeu espaço na vida prática das pessoas, caiu desuso, motivo pelo qual a sua legislação foi revogada.

60. A respeito do assunto ações, os valores mobiliários mais importantes das sociedades anônimas, analise os itens abaixo:

- I - As ações, conforme a natureza dos direitos ou vantagens que confirmam a seus titulares, são ordinárias, preferenciais, ou de fruição.
- II - O número de ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrição no exercício desse direito, não pode ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas.
- III - Na companhia aberta, é vedada a manutenção de mais de uma classe de ações ordinárias, ressalvada a adoção do voto plural nos termos e nas condições dispostos na legislação.
- IV - As preferências ou vantagens das ações preferenciais podem consistir em prioridade na distribuição de dividendo, fixo ou mínimo ou na prioridade no reembolso do capital, com prêmio ou sem ele, mas não pode acumular essas duas preferências.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, II, III e IV.
- b) Apenas II e IV.
- c) I, III e IV.
- d) Apenas I, II e III.
- e) Nenhuma.

AUDITORIA

Tonyvan Carvalho

61. Em 01/01/2010, uma entidade adquiriu uma máquina por R\$50.000 para usar em seus negócios. A vida útil da máquina foi estimada em 10 anos e não foi considerado valor residual. Além disso, a máquina era depreciada pelo método da linha reta. Em 31/12/2023, ao realizar a auditoria das demonstrações contábeis, o auditor independente constatou que a entidade continuava executando os lançamentos contábeis relacionados à depreciação destas máquinas. Assinale a opção que indica uma conclusão correta do auditor em relação às Demonstrações Contábeis de 2023.

- a) O ativo e o resultado do exercício estavam subavaliados em R\$5.000.
- b) O ativo estava subavaliado em R\$15.000 e o resultado do exercício, em R\$5.000.
- c) O ativo estava subavaliado em R\$20.000 e o resultado do exercício, em R\$5.000.
- d) O ativo e o resultado do exercício estavam subavaliados em R\$15.000.
- e) O ativo e o resultado do exercício estavam subavaliados em R\$20.000.

62. De acordo com a NBC TA 500 (R1) – Evidência de Auditoria, ao estabelecer e executar procedimentos de auditoria, o auditor deve considerar as seguintes características das informações a serem utilizadas como evidência de auditoria, incluindo informações obtidas de fonte de informações externa:

- a) relevância e confiabilidade.
- b) verificabilidade e relevância.
- c) tempestividade e verificabilidade.
- d) compreensibilidade e oportunidade.
- e) tempestividade e compreensibilidade..

63. Na busca por evidências nos trabalhos de auditoria, há que se ter em conta alguns atributos. A confiabilidade é um deles, que assegura que serão obtidos os mesmos resultados se a auditoria for repetida. Ao avaliar uma evidência de auditoria sob o crivo da confiabilidade, é necessário considerar que:

- a) a adoção de abordagens uniformes na busca de evidências é recomendada;
- b) evidências analíticas, em geral, têm o mesmo nível de confiabilidade daquelas obtidas indiretamente;
- c) evidências de fontes externas, em geral, são mais confiáveis que internas;
- d) evidências documentais são tão confiáveis quanto orais, quando são reduzidas a termo;
- e) o uso de diferentes fontes de informação pode ser inconveniente e custoso..

64. Avalie se os riscos não resultantes da amostragem, incluem:

- I. uso de procedimentos de auditoria não apropriados.
- II. interpretação errônea da evidência de auditoria.
- III. não reconhecimento de uma distorção ou de um desvio.

Está correto o que se indica em

- a) I, somente.
- b) I e II, somente.
- c) I e III, somente.
- d) II e III, somente.
- e) I, II e III.

65. De acordo com a NBC TA 200 (R1) – Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria, quando o trabalho de auditoria é de interesse público e, portanto, exigido pelo Código de Ética Profissional do Contabilista e pelas normas profissionais do CFC, exige-se que o auditor seja independente da entidade sujeita a auditoria. A independência do auditor frente à entidade caracteriza-se principalmente por

- a) tornar os resultados do trabalho do auditor mais ágeis e objetivos.
- b) possibilitar que o auditor detecte ocorrências de fraude e de erro com mais precisão.
- c) aprimorar a capacidade do auditor de atuar com maior rigor, consistência e transparência.
- d) salvaguardar a capacidade do auditor de formar opinião de auditoria sem ser afetado por influências que poderiam comprometer essa opinião.
- e) proporcionar um relatório do auditor mais próximo da realidade, onde a essência econômica é levada em consideração, em detrimento à forma jurídica..

CONTABILIDADE GERAL, AVANÇADA E DE CUSTOS

Marcondes Fortaleza

66. Não é uma características básica das normas internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB:

- a) São baseadas muito mais em regras do que em princípios.
- b) São baseadas na prevalência da essência sobre a forma.
- c) É mais importante o conceito de controle do que a propriedade jurídica para registro de ativos.
- d) A contabilidade passa a ser alimentada com número maior de informações de outras áreas da entidade.
- e) Exigem mais julgamento e na produção da informação.

67. Admita-se um saldo de R\$ 200.000 de Duplicatas a Receber, com valores e prazos, a vencer e já vencidos, conforme tabela abaixo:

	Não vencidas	A vencer em 30 dias	A vencer em 60 dias	A vencer em 90 dias	A vencer em 180 dias	A vencer em + de 180 dias	Total
Duplicatas a Receber	45.000	50.000	40.000	30.000	30.000	5.000	200.000
% de Perda Estimada	2%	5%	10%	20%	50%	100%	
PECLD							

O valor a ser constituído a título de Despesa com PECLD é de:

- a) zero;
- b) R\$ 16.700;
- c) R\$ 33.400;
- d) R\$ 28.400;
- e) R\$ 44.200;

68. A empresa CM possui três tipos de produtos diferentes em seu estoque, sendo que o custo de aquisição total é de R\$ 34.000, conforme evidenciado a seguir.

Produtos	Custo unitário	Quantidade	Custo total
A	20	500	10.000
B	50	360	18.000
C	30	200	6.000
Total		1.060	34.000

Segue, abaixo, valores unitários de venda e despesas de venda de cada um dos produtos:

Produtos	Valor de venda un	Despesas de venda total
A	25	1.250
B	55	5.800
C	35	1.500

Assinale o valor da Despesa com Estimativa de Perdas em Estoques:

- a) R\$ 0,00.
- b) R\$ 500,00.
- c) R\$ 3.250,00.
- d) R\$ 4.000,00.
- e) R\$ 4.500,00.

69. Em 01/09/2021, uma entidade pagou antecipadamente o seguro de seus veículos com vigência de três anos, no valor de R\$ 36.000, com início de utilização imediata. Assinale a opção que indica a contabilização da despesa antecipada com seguro no Balanço patrimonial da entidade, em 31/12/2021.

- a) Ativo Circulante: R\$ 12.000 / Ativo não Circulante: R\$ 20.000.
- b) Ativo Circulante: R\$ 16.000 / Ativo não Circulante: R\$ 20.000.
- c) Ativo Circulante: R\$ 12.000 / Ativo não Circulante: R\$ 12.000.
- d) Ativo Circulante: R\$ 4.000 / Ativo não Circulante: R\$ 32.000.
- e) Ativo Circulante: R\$12.000 / Ativo não Circulante: 0.

70. No ano de 2022, a sociedade MAVIFOR pagava mensalmente R\$ 10.800 a título de salários a seus empregados.

Em 01/08/2022, a sociedade informou que os salários seriam aumentados para R\$ 12.000, a partir da folha de pagamento de setembro, paga em outubro.

Assinale a opção que indica a despesa com 13º salário, contabilizada pela empresa.

- R\$ 1.000 em agosto.
- R\$ 1.000 em setembro.
- R\$ 2.200 em agosto.
- R\$ 1.800 em setembro.
- R\$ 900 em outubro.

71. O preço unitário de custo de aquisição das mercadorias revendidas pela Cia. MAVIFOR registrou uma constante redução durante todo o exercício de 2020. Logo, o lucro bruto com mercadorias terá escala ascendente se empregados, pela ordem, os sistemas de avaliação de estoques

- a) UEPS, Média Ponderada Móvel e PEPS.
- b) PEPS, Média Ponderada Móvel e UEPS.
- c) Média Ponderada Móvel, UEPS e PEPS.
- d) PEPS, UEPS e Média Ponderada Móvel.
- e) UEPS, PEPS e Média Ponderada Móvel.

72. Em 02/01/2022, uma entidade contraiu um financiamento no valor de R\$ 300.000 com vencimento em 31/12/2027.

No contrato do financiamento havia algumas cláusulas a serem cumpridas.

Em 10/12/2022, a entidade comunicou ao banco que não iria cumprir uma das cláusulas contratuais.

Em 29/12/2022, o banco respondeu que não haveria sanções pelo descumprimento da cláusula.

Assinale a opção que indica a classificação do financiamento no balanço patrimonial da entidade, em 31/12/2022.

- a) Ativo realizável a longo prazo.
- b) Passivo circulante.
- c) Resultado de exercícios futuros.
- d) Passivo não circulante.
- e) Reserva de contingências.

73. Suponha-se que uma entidade assine contrato com um cliente para entregar os produtos A, B e C por um valor total de R\$ 300. Sabe-se que se um cliente comprasse esses produtos (A, B e C) isoladamente, pagaria um total de R\$ 340, dado que os preços isolados desses produtos são de R\$ 102, R\$ 170 e R\$ 68, respectivamente.

No que diz respeito ao Produto C, a alocação do preço do contrato total nas obrigações individuais será de:

- a) R\$ 90,00
- b) R\$ 68,00
- c) R\$ 60,00
- d) R\$ 102,00
- e) R\$ 150,00

74. A empresa industrial MAVIFOR que fabrica e vende um único produto ao preço unitário de venda de R\$ 72, apresentou os seguintes custos e despesas em 2022.

Custos variáveis totais

- Materiais diretos: R\$ 144.000
- Mão de obra direta: R\$ 84.000
- Custos indiretos variáveis: R\$ 12.000
- Custos fixos totais: R\$ 144.000

Despesas de venda e despesas administrativas totais

- Variáveis: R\$ 60.000
- Fixas: R\$ 108.000

Sabe-se que, no período, foram produzidas 10.000 unidades e vendidas 8.000 unidades.

O lucro líquido apurado pelo custeio por absorção será superior ao do apurado pelo custeio variável no exato montante de:

- a) R\$ 26.700,00.
- b) R\$ 28.800,00.
- c) R\$ 28.500,00.
- d) R\$ 27.300,00.
- e) R\$ 30.000,00

75. Considere as seguintes informações, referentes à venda de 27.000 unidades de um mesmo produto por uma empresa:

Vendas	1.890.000
Despesas Variáveis	1.215.000
Despesas Fixas	360.000

Essa empresa precisará vender quantas unidades desse produto para atingir o ponto de equilíbrio?

- a) 8.000.
- b) 10.000.
- c) 12.200.
- d) 15.000.
- e) 14.400.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilmar Possati

76. O Município Audazes dos Pampas apresentou as seguintes informações em 31/12/20X1:

Conta	Saldo (em R\$)
Ativo Circulante	300.000,00
Ativo Não Circulante	500.000,00
Passivo Circulante	475.000,00
Ativo Financeiro	250.000,00
Ativo Permanente	500.000,00
Passivo Financeiro	?
Passivo Permanente	450.000,00
Atos Potenciais Ativos	250.000,00
Saldo Patrimonial	300.000,00

Com base nas informações obtidas, é correto afirmar que o saldo do Passivo Financeiro em 31/12/20X1 é, em R\$, de:

- a) 0,00.
- b) 24.650,00

- c) 25.000,00
- d) 85.000,00
- e) 121.000,00

77. Ao avaliar se há alguma indicação de que o ativo gerador de caixa possa ser objeto de redução ao valor recuperável, a entidade deve considerar algumas indicações. As opções a seguir descrevem fontes internas de informações, à exceção de uma. Assinale-a:

- a) Evidência disponível de obsolescência ou dano físico do ativo.
- b) Mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade, que ocorreram durante o período ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico ou legal no qual a entidade opera.
- c) Decisão de interromper a construção do ativo antes da sua conclusão ou de estar em condição de uso.
- d) Evidência disponível proveniente de relatório interno que indique que o desempenho do serviço do ativo é, ou será, consideravelmente pior do que o esperado.
- e) Mudanças significativas de longo prazo com efeito adverso sobre a entidade, que ocorreram durante o período ou ocorrerão em futuro próximo, na extensão ou maneira em que o ativo é, ou se espera que seja, utilizado.

78. A NBC TSP – Estrutura Conceitual elenca os usuários dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPGs) e dentre eles estão os usuários dos serviços, que exigem informações sobre

- a) as avaliações da liquidez da entidade e se os montantes e os prazos de pagamento estão em conformidade com o que foi contratado.
- b) às avaliações que dão suporte se a entidade está utilizando os recursos com eficácia, eficiência e economicidade, e da maneira pretendida.
- c) as atividades previstas de prestação de serviços e as necessidades de recursos que as entidades necessitam.
- d) as consequências das decisões tomadas e das atividades realizadas pela entidade durante o exercício.
- e) as operações atuais a partir dos recursos angariados dos contribuintes, de empréstimos ou de outras fontes no período atual.

79. Considere os seguintes saldos em 31/12/20X4, ocorridos no Município Audazes dos Pampas:

- Receita corrente prevista: R\$ 10.000,00
- Receita corrente arrecadada: R\$ 9.600,00
- Receita de capital prevista: R\$ 4.000,00
- Receita de capital arrecadada: R\$ 3.600,00
- Despesa corrente fixada: R\$ 7.800,00
- Despesa corrente empenhada: R\$ 7.400,00
- Despesa de capital fixada: R\$ 5.000,00
- Despesa de capital empenhada: R\$ 4.600,00

Com base nesses dados, o resultado orçamentário do Município Audazes dos Pampas no exercício de 20X4 foi:

- a) Superávit de R\$ 1.200,00
- b) Superávit de R\$ 600,00
- c) Déficit de R\$ 400,00
- d) Superávit de R\$ 800,00
- e) Déficit de R\$ 200,00

80. Em relação ao reconhecimento e mensuração de ativos imobilizados no setor público, assinale a opção que descreve um procedimento adequado, nos termos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público:

- a) Incluir o bem adquirido como um ativo circulante devido à sua utilização direta em operações rotineiras.
- b) Mensurar o ativo, em geral, pelo seu valor justo, incluindo no Balanço Patrimonial dentro do ativo não circulante.
- c) Registrar o bem como ativo não circulante realizável a longo prazo.
- d) Os custos incorridos no uso ou na transferência ou reinstalação de um item não são incluídos no seu valor contábil.
- e) se o prazo de pagamento excede os prazos normais de crédito, a diferença entre o preço equivalente à vista e o total dos pagamentos deve ser reconhecida no patrimônio líquido em conta de ajuste a valor presente.

DIREITO TRIBUTÁRIO*Fernando Maurício*

81. A Igreja Batista de Vinhedo/SP, após grande crescimento em número de membros, adquiriu um imóvel para que funcionasse o seu escritório administrativo, assim como para que fosse utilizado como moradia de seus ministros de culto.

Conforme dispõe o entendimento atual dos tribunais superiores, julgue os itens a seguir:

- a) Incidirá IPTU sobre o imóvel adquirido, pois não é o local em que ocorrem os cultos.
- b) A igreja não pagará IPTU, por conta de isenção concedida às igrejas.
- c) O imóvel adquirido, apesar de não ser o templo em que ocorrem os cultos, conta com a imunidade do IPTU.
- d) Por conta de o imóvel também abrigar a moradia do ministro de culto, ele será tributado normalmente pelo IPTU.
- e) Por conta de o imóvel abrigar escritório da igreja, denota fins comerciais, de modo que será tributado normalmente pelo IPTU.

82. Conforme atual entendimento dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir:

- I-) A inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade em qualquer meio, exceto em livros, jornais, periódicos e modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita, é passível de tributação pelo ICMS.
- II-) É inconstitucional lei estadual que concede benefício fiscal sem a prévia estimativa de impacto orçamentário e financeiro exigida pelo art. 113 do ADCT.
- III-) Os valores relativos à taxa Selic recebidos pelo contribuinte na repetição de indébito tributário compõem a base de incidência do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) ou da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II e III, apenas.

83. Com relação à Competência tributária, analise as afirmativas a seguir.

- I-) A capacidade tributária ativa compreende funções de arrecadar e fiscalizar tributos, atribuições que, igualmente à competência tributária, são indelegáveis.
- II-) Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerão à competência legislativa daquela pessoa a que tenham sido constitucionalmente atribuídos.
- III-) Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II e III, apenas.

84. Com relação ao Comitê Gestor do IBS, analise os itens a seguir:

- I-) Lei complementar poderá prever a integração do contencioso administrativo relativo ao IBS e a CBS.
- II-) A presidência do Comitê Gestor deverá pertencer ao conjunto dos Estados e o Distrito Federal, nos termos de Lei Complementar.
- III-) O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, entidade pública sob regime especial, terá independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

85. Em relação ao IBS – Imposto sobre Bens e Serviços, analise os itens a seguir:

- I-) Será informado pelo princípio da neutralidade.
- II-) Cada ente federativo fixará sua alíquota própria por lei específica.
- III-) Será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do Município de origem da operação.

São características do IBS o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

86. Conforme dispõe a Constituição Federal, o Sistema Tributário Nacional deve observar diversos princípios, exceto:

- a) Princípio da unicidade.
- b) Princípio da transparência.
- c) Princípio da justiça tributária.

d) Princípio da cooperação.

e) Princípio da defesa do meio ambiente.

87. Em relação ao IPTU - Imposto sobre a propriedade Predial e Territorial Urbana, julgue os itens a seguir:

- I-) É possível o IPTU ter sua base de cálculo atualizada pelo Poder Executivo, conforme critérios estabelecidos em lei municipal.
- II-) O IPTU não incide sobre templos de qualquer culto, ainda que as entidades religiosas sejam apenas locatárias do bem imóvel.
- III-) Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

88. A sociedade empresária XYZA Ltda. teve sua falência decretada, tendo dívidas de obrigação tributária principal relativas a tributos e multas, dívidas decorrentes de acidente de trabalho (no valor de 200 salários-mínimos), bem como dívidas com garantia real e de legislação do trabalho (no valor de 100 salários-mínimos). Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) O crédito tributário relativo às multas tem preferência sobre as dívidas com garantia real.
- b) A dívida decorrente de legislação de trabalho tem preferência sobre os valores de tributos.
- c) A dívida relativa aos tributos tem preferência sobre a dívida decorrente de acidente de trabalho.
- d) O crédito relativo às multas tem preferência sobre o crédito tributário de obrigação principal.
- e) Os valores de tributo possuem preferência sobre a dívida decorrente de legislação de trabalho.

89. A respeito da Dívida Ativa e da Certidão Negativa, julgue os itens a seguir:

I-) A dívida tributária, ainda que não inscrita, goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

II-) A presunção de certeza e liquidez da dívida ativa regularmente inscrita é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

III-) A alienação de bens pelo sujeito passivo, possuindo crédito tributário inscrito em dívida ativa, sem a reserva de meios para quitação do débito, gera presunção absoluta de fraude à execução.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

90. Possui o mesmo efeito previsto para a Certidão Negativa, exceto:

- a) A certidão que conste a existência de créditos objeto de moratória.
- b) A certidão que conste a existência de créditos não vencidos.
- c) A certidão que conste a existência de créditos objeto de concessão de liminar em mandado de segurança.
- d) A certidão que conste a existência de créditos em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora.
- e) A certidão que conste a existência de créditos objeto de reclamação judicial.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

FEDERAL

Fábio Dutra

91. Sobre as obrigações do contribuinte do ITR conforme a Lei nº 9.393/1996, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- () O contribuinte deve entregar anualmente o Documento de Informação e Apuração do ITR (DIAT), exceto se seu imóvel se enquadrar nas hipóteses de imunidade ou isenção.
- () É obrigatória a comunicação ao órgão local da Secretaria da Receita Federal de qualquer alteração cadastral do imóvel rural no prazo de 60 dias, contado de sua ocorrência.
- () O contribuinte pode indicar no DIAC, para fins de intimação, endereço diferente daquele constante do domicílio tributário.

- a) V, V, F
- b) V, F, V
- c) F, V, V
- d) V, V, V
- e) F, F, V

92. De acordo com o Regulamento do Imposto de Renda, sobre o domicílio tributário da pessoa física, assinale a alternativa correta:

- a) A pessoa física pode eleger qualquer lugar como seu domicílio tributário, sem restrições.
- b) Na falta de eleição de domicílio, considera-se como domicílio a residência habitual ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade.
- c) A autoridade administrativa não pode recusar o domicílio eleito pelo contribuinte, em nenhuma hipótese.
- d) A residência habitual é o lugar onde a pessoa física reside por mais de 183 dias consecutivos.
- e) O domicílio tributário da pessoa física residente no exterior é sempre o lugar onde estiverem situados seus bens no Brasil.

93. Sobre as perdas apuradas em operações realizadas nos mercados de renda variável, é correto afirmar que:

- a) São integralmente dedutíveis, mesmo que excedam os ganhos auferidos nessas operações.
- b) As perdas que excederem os ganhos não são dedutíveis na determinação do lucro real.
- c) As perdas são dedutíveis apenas se as operações forem iniciadas e encerradas no mesmo dia.
- d) As perdas não são dedutíveis em nenhuma hipótese na determinação do lucro real.
- e) As perdas nos mercados de renda variável e de swap são sempre dedutíveis.

94. Conforme o Regulamento do Imposto de Renda, em relação à opção pelo pagamento do imposto sobre a renda com base no lucro real anual mediante recolhimentos mensais por estimativa, é correto afirmar que:

- a) A opção pelo pagamento mensal por estimativa é irrevogável para todo o ano-calendário.
- b) As pessoas jurídicas que optarem pelo pagamento mensal por estimativa não podem suspender ou reduzir os pagamentos mensais.
- c) A opção pelo pagamento mensal por estimativa deve ser manifestada mediante comunicação formal à Receita Federal.
- d) Os balanços ou balancetes levantados para suspensão ou redução do pagamento mensal não dependem de transcrição no livro diário.
- e) Somente contribuintes desobrigados ao lucro real é que podem realizar o pagamento do IR mediante recolhimentos mensais por estimativa.

95. Sobre o IOF incidente nas operações de câmbio, julgue as afirmativas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- () O fato gerador do IOF nas operações de câmbio ocorre no ato da liquidação da operação.
- () São contribuintes do IOF nas operações de câmbio os compradores ou vendedores de moeda estrangeira, somente nas transferências financeiras para o exterior.
- () A base de cálculo do IOF nas operações de câmbio é o montante em moeda estrangeira entregue ou posto à disposição.

- a) V, V, F
- b) V, F, V
- c) F, V, V
- d) V, V, V
- e) V, F, F

96. Segundo o Regulamento do IPI, assinale a alternativa correta o conceito de industrialização:

- a) O conserto, restauração e recondicionamento de produtos usados, quando destinados ao uso da própria empresa executora, é considerado industrialização.
- b) A montagem de óculos, mediante receita médica, é considerada industrialização.
- c) O preparo de produto, por encomenda direta do consumidor, na residência do preparador, desde que seja preponderante o trabalho profissional, não é considerado industrialização.
- d) A confecção de vestuário, por encomenda direta do consumidor, em oficina que empregue mais de cinco operários, não é considerada industrialização.
- e) A moagem de café torrado, realizada por estabelecimento comercial varejista como atividade acessória, é considerada industrialização.

97. Maria é curadora de seu tio João, que é interditado judicialmente por incapacidade mental. João recebeu rendimentos tributáveis no ano-calendário, mas não apresentou a declaração de ajuste anual nem recolheu o imposto devido. De acordo com o Regulamento do Imposto de Renda, Maria pode ser responsabilizada pelo imposto sobre a renda devido por João?

- a) Sim, Maria é pessoalmente responsável pelo imposto sobre a renda devido por João, em relação a atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei.
- b) Não, Maria não pode ser responsabilizada, pois o imposto é devido por João, que é o contribuinte.
- c) Sim, Maria é solidariamente responsável pelo imposto sobre a renda devido por João, nos atos em que interveio ou pelas omissões de que foi responsável, quando impossível ser exigido do contribuinte.
- d) Não, Maria não pode ser responsabilizada, pois a responsabilidade tributária não se estende aos curadores.

e) Sim, Maria é responsável pelo imposto sobre a renda devido por João, incluindo as penalidades de caráter punitivo.

98. Acerca da destinação dos recursos arrecadados com a CIDE instituída pela Lei nº 10.336/2001, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa que corresponde à sequência correta (V para verdadeiro e F para falso):

- () Os recursos da CIDE serão destinados, na forma da lei orçamentária, ao pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, de gás natural e seus derivados e de derivados de petróleo.
 - () A União entregará aos Estados e ao Distrito Federal, para ser aplicado obrigatoriamente em programas de infraestrutura de transportes entre outros, o percentual de 29% sobre a arrecadação da CIDE.
 - () Do montante dos recursos que cabe a cada Estado, 25% serão destinados aos seus Municípios para serem aplicados no financiamento de programas de infraestrutura de transportes.
- a) V, V, V
 - b) V, F, V
 - c) F, V, F
 - d) V, V, F
 - e) F, F, V

99. Com base na Lei nº 9.393/1996 sobre as isenções do ITR, assinale a alternativa incorreta:

- a) São isentos do ITR os imóveis rurais oficialmente reconhecidos como áreas ocupadas por remanescentes de comunidades de quilombos.
- b) O conjunto de imóveis rurais de um mesmo proprietário, cuja área total observe os limites de pequenas glebas rurais, é isento do ITR, desde que o proprietário não possua imóvel urbano.
- c) Imóveis rurais explorados por associações ou cooperativas de produção em programa oficial de reforma agrária podem ser isentos do ITR.
- d) Imóveis rurais pertencentes a instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos, são isentos do ITR.
- e) Para ser isento do ITR, o assentado em programa de reforma agrária não pode possuir outro imóvel.

100. Considerando as disposições sobre a dedutibilidade de despesas operacionais previstas no Regulamento do Imposto de Renda, assinale a alternativa correta:

- a) As despesas com brindes são dedutíveis na determinação do lucro real.
- b) As multas por infrações fiscais de natureza compensatória são dedutíveis como despesa operacional.
- c) As despesas com doações, como regra, são dedutíveis.
- d) As perdas no recebimento de créditos decorrentes das atividades da pessoa jurídica poderão ser deduzidas como despesas, desde que no valor de até R\$ 25.000,00.
- e) A empresa que apure o IRPJ pelo lucro real não poderá deduzir como custo ou despesa operacional a importância destinada a constituir provisão para pagamento de remuneração correspondente ao décimo terceiro salário de seus empregados, uma vez que provisões são indedutíveis.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

ESTADUAL (CONHECIMENTOS GERAIS)

Eduardo da Rocha

91. João das Couves importou um drone dos Estados Unidos pelo porto de Santos-SP. Enquanto estava em casa assistindo a novela, recebeu intimação da Fazenda para recolher o ICMS referente ao drone. Revoltado, afirmou que a Fazenda havia errado ao cobrá-lo, visto que o drone não tinha fins comerciais, sendo a única vez que havia importador algo do exterior.

Seu irmão, conhecedor da legislação tributária, o ensinou que

- a) o Fisco não tem razão, visto que o ICMS incide nas importações somente se houver habitualidade.
- b) o Fisco não tem razão, visto que o ICMS incide nas importações somente se houver intuito comercial.
- c) o Fisco tem razão, visto que o ICMS incide nas importações mesmo que não haja habitualidade e independentemente da finalidade.
- d) o Fisco tem razão, visto que o ICMS incide nas importações somente quando se tratar de mercadoria para uso ou consumo.
- e) o Fisco não tem razão, visto que o ICMS não incide em qualquer importação.

92. A arrecadação do ICMS somou 642,1 bilhões no ano de 2023. Apesar de ter tido uma queda de 3,7% em relação ao ano anterior, continua sendo a principal fonte de receita dos Estados e do Distrito Federal.

Sobre o tributo, assinale a alternativa que apresenta um caso de **não** incidência.

- a) fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios.
- b) entrada, no território do Estado destinatário, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e de energia elétrica, quando não destinados à comercialização ou à industrialização, decorrentes de operações interestaduais, cabendo o imposto ao Estado onde estiver localizado o adquirente.
- c) entrada de mercadoria ou bem importados do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade.
- d) fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao imposto sobre serviços, de competência dos Municípios, quando a lei complementar aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual.
- e) operações decorrentes de alienação fiduciária em garantia, inclusive a operação efetuada pelo credor em decorrência do inadimplemento do devedor.

93. Segundo as disposições constitucionais do IBS, lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços (IBS) de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios.

Sobre o tema, assinale a alternativa incorreta.

- a) O IBS será informado pelo princípio da neutralidade.
- b) O IBS incidirá sobre operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços.
- c) O IBS incidirá também sobre a importação de bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou de

serviços realizada por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja sujeito passivo habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade;

- d) O IBS não incidirá sobre as exportações, assegurados ao exportador a manutenção e o aproveitamento dos créditos relativos às operações nas quais seja adquirente de bem material ou imaterial, inclusive direitos, ou serviço.
- e) O IBS, devido à sua base tributável ampla, incidirá nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.

94. Segundo a Emenda Constitucional 132 (Reforma Tributária), julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

- I. O IBS será não cumulativo, compensando-se o imposto devido pelo contribuinte com o montante cobrado sobre todas as operações nas quais seja adquirente de bem material ou imaterial, inclusive direito, ou de serviço, excetuadas exclusivamente as consideradas de uso ou consumo pessoal especificadas em lei complementar e as hipóteses previstas na Constituição.
- II. Pode a lei complementar instituidora do IBS condicionar o creditamento nas operações em que contribuinte seja adquirente de bem ou serviço à verificação do efetivo pagamento do IBS.
- III. A isenção e a imunidade de IBS não implicarão crédito para compensação com o montante devido nas operações seguintes.
 - a) Estão corretos os itens I e II, somente.
 - b) Estão corretos os itens I e III, somente.
 - c) Estão corretos os itens II e III, somente.
 - d) Todos os itens estão corretos.
 - e) nenhum item está correto.

95. A Lei Complementar 194/22 instituiu mudanças na lei Kandir, determinando que algumas operações ou prestações não podem ser tratadas como supérfluas, sendo consideradas essenciais. Não está (ão) entre elas:

- a) combustíveis.
- b) transporte coletivo.
- c) energia elétrica.
- d) alimentação básica.
- e) comunicações.

96. De acordo com a LC 24/75, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

- I. Os convênios podem ser autorizativos ou impositivos.
- II. A LC 24/75 não se aplica à concessão de créditos presumidos.
- III. A inobservância dos dispositivos da LC 24/75 acarretará nulidade do ato e em ineficácia do crédito fiscal atribuído ao estabelecimento recebedor da mercadoria.

- a) Estão corretos os itens I e III, somente.
- b) Está correto o item I, somente.
- c) Está correto o item III, somente.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) nenhum item está correto.

97. No que tange às previsões do ICMS na lei Kandir, julgue os itens e assinale a alternativa correta.

- I. A base de cálculo, para fins de substituição tributária, será, em relação às operações ou prestações antecedentes ou concomitantes, o valor da operação ou prestação praticado pelo contribuinte substituído.
- II. A adoção do regime de substituição tributária em operações interestaduais independe de acordo específico celebrado pelos Estados interessados.
- III. É assegurado ao contribuinte substituído o direito à restituição do valor do imposto pago por força da substituição tributária, correspondente ao fato gerador presumido que não se realizar.

- a) Estão corretos os itens I e III, somente.
- b) Está correto o item I, somente.
- c) Está correto o item III, somente.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) nenhum item está correto.

98. De acordo com a CF/88, julgue os itens e assinale a alternativa correta.

- I. A alíquota do IBS, fixada por lei de cada ente federativo, irá variar de acordo com a essencialidade da mercadoria.
- II. Resolução do Senado Federal fixará alíquota de referência do IBS para cada esfera federativa, nos termos de lei complementar, que será aplicada se outra não houver sido estabelecida pelo próprio ente federativo.
- III. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão optar por vincular suas alíquotas de IBS à alíquota de referência.

- a) Estão corretos os itens I e II, somente.
- b) Estão corretos os itens I e III, somente.
- c) Estão corretos os itens II e III, somente.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) nenhum item está correto.

ESTADUAL (CONHECIMENTOS GERAIS)*Rafael Rocha*

99. Nos autos de uma ação de divórcio, os ex-cônjuges, casados em regime de comunhão total de bens, dividiram o patrimônio total existente da seguinte maneira: o imóvel situado em Cuiabá/MT, no valor de R\$ 500.000,00, pertencerá ao ex-marido, enquanto o imóvel situado em Sinop/MT, no valor de R\$ 300.000,00, pertencerá à ex-esposa.

Assinale a alternativa correta quanto à tributação incidente nessa partilha.

- a) O tributo a ser recolhido será o ITCMD, de competência do estado de Mato Grosso, e incidirá sobre a base de cálculo no valor de R\$ 100.000,00.
- b) O tributo a ser recolhido será o ITBI, sobre ambos os imóveis, cada qual para o município de localização do bem.
- c) O tributo a ser recolhido será o ITBI, de competência do município em que estiver localizado o imóvel de maior valor (Cuiabá), e incidirá sobre a base de cálculo no valor de R\$ 100.000,00.
- d) Não há tributo a ser recolhido, pois, como o regime de casamento era o da comunhão total de bens, não há transferência de bens, mas simples repartição do patrimônio comum de cada ex-cônjuge.
- e) O tributo a ser recolhido será o ITCMD, de competência do estado de Mato Grosso, e incidirá sobre a base de cálculo no valor de R\$ 200.000,00.

100. Acerca das disposições constitucionais que tratam do ITCMD, é incorreto afirmar que:

- a) o imposto não incidirá sobre as transmissões e as doações para as instituições sem fins lucrativos com finalidade de relevância pública e social, inclusive as organizações assistenciais e beneficentes de entidades religiosas e institutos científicos e tecnológicos, e por elas realizadas na consecução dos seus objetivos sociais, observadas as condições estabelecidas em lei complementar.

b) relativamente a bens móveis, títulos e créditos, o imposto competirá ao Estado onde era domiciliado o *de cujus*, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal.

c) o imposto não incidirá sobre as doações destinadas, no âmbito do Poder Executivo da União, a projetos socioambientais ou destinados a mitigar os efeitos das mudanças climáticas e às instituições federais de ensino.

d) o imposto poderá ser progressivo em razão do valor do quinhão, do legado ou da doação.

e) o imposto terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**MUNICIPAL (CONHECIMENTOS GERAIS)***Rafael Henze*

91. Sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, analise os itens a seguir:

- I. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza excepcionalmente pode ser cobrado pela União
- II. A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza é o preço do serviço.
- III. A alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza nunca poderá ser inferior a 2%
- IV. O Contribuinte do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza é quem paga pelo serviço.

Com base nos itens acima, podemos afirmar que:

- a) Apenas o item I está CORRETO;
- b) Apenas os itens I e II estão CORRETOS;
- c) Apenas os itens I, II E III estão CORRETOS;
- d) Todos os itens estão CORRETOS;
- e) Todos os itens estão ERRADOS;

92. Em regra, ao prestar um serviço, a empresa deve pagar o imposto sobre serviços (ISS) no município de sua sede. Porém, há serviços cuja prestação enseja pagamento ao município em que é prestado o serviço, como no caso de

- a) serviços relativos a geologia.
- b) serviços de informática.
- c) serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
- d) serviços de limpeza e dragagem de rios.
- e) serviços de consultoria via teletrabalho.

93. Assinale a opção que corresponde a um serviço sobre o qual incide o imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN).

- a) transporte intermunicipal de cargas
- b) transporte interestadual de pessoas
- c) transporte internacional de pessoas
- d) transporte interestadual de cargas
- e) transporte intramunicipal de cargas

94. A respeito da tributação municipal, assinale a alternativa correta:

- a) A venda de medicamentos por farmácias de manipulação que não realizem o preparo personalizado desses medicamentos, chamados de remédios de prateleira, sujeita-se ao ISS.
- b) considera-se prestado o serviço e o respectivo imposto devido no local do estabelecimento tomador, ou na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto em algumas hipóteses previstas em lei.
- c) A atualização da base de cálculo do IPTU se dá por meio de lei municipal.
- d) O IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, e incidirá sobre qualquer imóvel localizado em zona urbana

e) De acordo com regra geral prevista no CTN, a definição da zona urbana para fins de incidência do IPTU depende da edição de lei municipal.

95. O IPTU é um imposto real, com função eminentemente arrecadatória, que incide sobre imóveis urbanos.

A respeito das características desse tributo e de seu fato gerador, assinale a afirmativa correta.

- a) A área de propriedade urbana é definida pela existência especificamente de dois elementos: meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais; ou sistema de esgoto sanitário.
- b) As áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio podem ser consideradas urbanas caso assim preveja a lei municipal.
- c) A existência de asfaltamento das vias públicas é determinante para que ocorra a incidência do IPTU sobre imóvel situado em zonas urbanas por equiparação.
- d) Além da necessidade da localização do terreno na zona urbana é preciso, para a incidência do tributo, que exista no local uma acessão física.
- e) Ainda que utilizado para exploração de atividade econômica agrícola, o IPTU incidirá sobre o imóvel caso esteja localizado na área urbana do Município.

96. Sobre os impostos de competência municipal, assinale a afirmativa correta.

- a) É inconstitucional a lei do município que reduz o Imposto Predial Urbano sobre imóvel em virtude de sua destinação.
- b) Fere a isonomia entre os contribuintes e é inconstitucional a diferenciação de alíquotas do IPTU em razão do tipo de uso do imóvel e de sua localização.
- c) A ordem constitucional vigente autoriza a utilização do IPTU como forma de coagir o proprietário de um bem a utilizá-lo conforme sua função social.
- d) Emenda constitucional recente restringiu a imunidade religiosa para os templos de qualquer culto, de modo que é legítima a cobrança do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana apenas quando tais entidades estiverem na condição de proprietária do imóvel.
- e) O IPTU poderá ser progressivo em razão da renda do contribuinte

97. O imposto de transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bem imóvel competirá ao município

- a) onde se situa o cartório em que foi lavrada a escritura de compra e venda
- b) onde for assinado o contrato de compra e venda
- c) onde estiver situado o bem
- d) onde tiver domicílio o comprador.
- e) onde tiver domicílio o vendedor

98. À luz do disposto na Constituição Federal de 1988 e no Código Tributário Nacional, assinale a opção correta a respeito do ITBI, considerando, no que couber, a jurisprudência dos tribunais superiores.

- a) É legítimo ao município arbitrar previamente a base de cálculo do ITBI com respaldo em valor de referência por ele estabelecido de forma unilateral.
- b) O ITBI incide sobre a instituição de direito real sobre bem imóvel, a exemplo da hipoteca.

c) A base de cálculo do ITBI é o valor do imóvel transmitido em condições normais de mercado, estando vinculada à base de cálculo do IPTU quando os tributos forem lançados pela mesma autoridade.

d) Caso o contribuinte prove que o valor apurado pela administração fazendária se encontra superavaliado, poderá solicitar a utilização do valor venal apurado para fins de IPTU em petição devidamente fundamentada.

e) O valor da transação declarado pelo contribuinte goza da presunção de que é condizente com o valor de mercado

99. Analise os itens a seguir a respeito da Reforma Tributária, e assinale a alternativa INCORRETA

a) A CF, conforme modificações implementadas pela Reforma Tributária, determina que lei complementar instituirá imposto sobre bens e serviços de competência compartilhada entre estados, Distrito Federal e municípios, o qual será cobrado pelo somatório das alíquotas do estado e do município destinatários da operação.

b) O imposto sobre bens e serviços criados será informado pelo princípio da neutralidade.

c) a Reforma Tributária, em relação aos municípios, estabeleceu que o imposto sobre bens e serviços terá legislação única e uniforme em todo o território nacional

d) Com a reforma tributária, foi prevista para os municípios uma nova competência tributária, que corresponde à instituição da contribuição sobre bens e serviços.

e) O IBS a ser criado não incidirá nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita

100. A respeito da Reforma Tributária aprovada em 2023 e as alterações que promoveu no texto constitucional. julgue os próximos itens.

I Cada ente federativo fixará sua alíquota própria do IBS.

II O Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente

III As alterações na legislação tributária buscarão atenuar efeitos regressivos.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item II está certo.
 - b) Apenas o item III está certo.
 - c) Apenas os itens I e II estão certos.
 - d) Apenas os itens I e III estão certos.
 - e) Todos os itens estão certos.
-

Discursiva

A contabilidade das instituições financeiras é fundamental para a análise e controle das operações financeiras realizadas por bancos, cooperativas de crédito e outras entidades do setor. As normas contábeis aplicáveis a essas instituições visam assegurar a transparência, a confiabilidade das informações financeiras e a gestão eficiente dos riscos. Com a globalização e o avanço tecnológico, as instituições financeiras têm enfrentado desafios cada vez mais complexos, como a necessidade de adaptação às novas regulamentações internacionais e a gestão de riscos financeiros.

O Banco Central do Brasil estabeleceu critérios e procedimentos contábeis específicos para o reconhecimento e a mensuração de instrumentos financeiros, de modo a harmonizar as práticas contábeis brasileiras com os padrões internacionais.

Diante desse contexto, a compreensão dos princípios e normas contábeis aplicáveis às instituições financeiras é essencial para profissionais da área e para a sociedade em geral, garantindo uma visão clara da saúde financeira e dos riscos envolvidos nas operações dessas entidades.

Considerando o contexto acima, discorra sobre a importância da contabilidade para as instituições financeiras, destacando os principais desafios enfrentados por essas entidades na aplicação das normas contábeis internacionais. Em sua resposta, aborde os impactos que a falta de padronização contábil pode ter sobre a transparência e a confiabilidade das informações financeiras apresentadas ao mercado.

Extensão: até 20 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
